



VOZ DA FÁTIMA

« Ao aproximar-se a hora, fui para a Cova da Iria com a Jacinta e o Francisco entre numerosas pessoas, que a custo nos deixavam andar. As estradas estavam apinhadas de gente: todos nos queriam ver e falar. Ali não havia respeito humanos. Muita gente do povo, e até senhoras e cavalheiros, conseguindo romper por entre a multidão que à nossa volta se apinhava, vinham prostrar-se de joelhos diante de nós pedindo que apresentássemos a Nossa Senhora as suas necessidades ».

(Narração da Lúcia acerca da aparição de 13 de Setembro de 1917)

Director: Padre Joaquim Domingues Gaspar
Proprietária e Administradora: «Gráfica de Leiria» — Largo Cónego Maia — Telef. 22336
Composto e impresso nas oficinas da «Gráfica de Leiria»

ANO LII N.º 624
13 DE SETEMBRO DE 1974
PUBLICAÇÃO MENSAL

Avença

Para que fazemos um encontro dos Chefes de Trezena?

Os tempos que correm não são muito convidativos para encontros do género deste que nós vamos realizar em Fátima, de 3 a 5 de Outubro. Primeiro, porque toda a gente tem hoje medo de fracassar. Segundo, porque se desconfia cada vez mais das acções de massa, na Igreja, enveredando-se para as comunidades de base, os pequenos grupos, mais conscientes e mais eficazes. Terceiro, porque todas as organizações católicas em Portugal acusam um certo cansaço, e dão sinais de velhice.

Todas estas razões, e mais algumas, podem fazer sorrir certos sectores diante da ideia de os chefes dos Cruzados da Fátima se reunirem no Santuário. Tanto mais que a nossa Pia União se mostra realmente atacada de certos males que a enfraquecem. Não digo já a diminuição progressiva dos cruzados e o desinteresse crescente pelo seu jornal, Voz da Fátima. Em criança já eu via os rolos acumularem-se sobre os arcazes das sacristias, sem haver quem os distribuisse! O pior, porém, é uma certa desactualização dos estatutos, se-

gundo os quais a Pia União dos Cruzados é «uma associação auxiliar da Acção Católica em Portugal». Ora toda a gente sabe que também a Acção Católica atravessa a crise dos tempos e a Pia União está, portanto, reduzida a uma associação em crise, ainda por cima auxiliar de outra que também está em crise.

Fique, portanto, assente que o Encontro dos Chefes de Trezena não nasce da ingenuidade de quem não sabe em que se vai meter. Porquê e para quê vamos então reunir-nos?

Penso que a ideia deste encontro me veio por Abril do ano passado, quando, ao pedir uma informação a uma senhora, num lugarejo perdido algures em Portugal, ela me reconheceu como reitor do Santuário, e se apresentou espontaneamente como chefe de trezena. Teria os seus cinquenta e tal anos, era uma senhora muito simples, sem cultura especial, mas certamente inteligente e cheia de fogo no coração por Nossa Senhora de Fátima. Pensei, então, que almas como esta deveria haver muitas entre os chefes de trezena, e que valeria a pena encontrarmos-nos no lugar que Nossa Senhora escolheu, quanto mais não fosse para convivermos umas horas, todos juntos, sob o olhar d'Aquela que tanto amamos, e a cujo serviço tantos de nós têm oferecido o melhor do seu tempo livre, ao longo de décadas, sem desfalecimento.

Mas há mais razões para nos reunirmos. Para já, não estamos tão fracos como se poderia pensar. Haja em vista o que aconteceu ultimamente com a subida das cotas. Éramos 180.000 a receber o jornal, e estamos em 160.000. Se tivermos em conta que houve uma série de baralhadas e que o Ano Santo tem perto de 60.000 assinantes, quem poderá dizer que somos uma associação de mortos ou mesmo moribundos? Que jornal há aí em Portugal com 160.000 assinantes, a pagar?

Vamos, portanto, para a frente, com o nosso encontro. Poucos ou muitos, havemos de sair de Fátima com um sorriso da Mãe dentro do coração. Sorriso que nos há-de pagar os sacrifícios aceites e que havemos de comunicar aos associados.

Todos juntos, sem pessimismo, ofereceremos à Senhora, que nos visitou em Fátima, o que nos restar de energia e de vida para continuarmos a tornar conhecida a Sua Mensagem aos nossos irmãos. Faremos as nossas críticas ao jornal e apresentaremos sugestões para que o nosso trabalho se não perca junto dos Cruzados. E não perderemos

tempo com coisas secundárias, por exemplo, se convirá mudar agora o nome da Pia União. Sabendo e admitindo que os tempos são novos, oferecer-nos-emos ao Senhor, seja qual for a nossa idade, para prestarmos a nossa colaboração no sentido de que a Sua vontade se faça, aqui na Terra, como no Céu. E a nossa oração há-de ser ouvida e o nosso encontro há-de dar os seus frutos.

Atenção às instruções que damos noutra parte deste jornal, e vamos inscrever-nos.

P. LUCIANO GUERRA
REITOR DO SANTUÁRIO

A Peregrinação Mensal de Agosto

Os actos da peregrinação de 12 e 13 de Agosto foram especialmente consagrados aos emigrantes. O tema da peregrinação foi: «O cristão e os problemas da emigração».

Reuniram-se aqui milhares de emigrantes procedentes das mais distantes terras, que vieram à Fátima cumprir promessas feitas em momentos de dificuldade. O movimento de peregrinos que percorreram o percurso de joelhos, desde a entrada do recinto e à volta da capela das aparições, constituiu um espectáculo impressionante. Aumentou também o número de peregrinos que fizeram a viagem a pé, percorrendo centenas de quilómetros, durante alguns dias.

Entre os peregrinos encontravam-se numerosos grupos de estrangeiros: 90 belgas com 19 sacerdotes monfortinos, três grupos de italianos, entre os quais um de 40 pessoas organizado pelos padres dominicanos de Milão (dias antes havia aqui estado um grupo de 30 italianos presididos pelo Bispo de Massa Maritima, D. Lourenço Vivaldo, e o Bispo de Jafna, no Ceilão), um numeroso grupo de jugoslavos, alemães, ingleses, franceses, espanhóis e outros.

As cerimónias decorreram com muita ordem, dignidade e devoção. Ao início oficial, na capelinha das aparições, à procissão das velas e à celebração da Eucaristia, na noite do dia 12, presidiu o sr. D. João Pereira Venâncio, bispo resignatário de Leiria.

A reflexão foi orientada pelo P. Joaquim Alves Correia, pároco e director diocesano dos Cruzados da Fátima no Porto. Dirigindo-se especialmente aos emigrantes, re-

cordou que a vida do cristão na terra é um constante peregrinar para a Pátria celeste e por isso, pelos caminhos da Europa, o emigrante não deve esquecer-se de Cristo (que também foi emigrante) e da Santíssima Virgem, que deve ser invocada como companheira na viagem pelos caminhos difíceis da peregrinação terrena de cada pessoa.

Durante a noite, grupos de peregrinos permaneceram em adoração ao SS.º Sacramento sob a orientação de vários sacerdotes. Às 8 horas do dia 13 efectuou-se a cerimónia da celebração do rosário com leituras bíblicas, meditações e cânticos.

Às dez horas e meia, fez-se o cortejo litúrgico com a imagem de Nossa Senhora para o altar central do recinto sob a presidência do sr. D. Alberto Cosme do Amaral, bispo de Leiria. Tomaram parte o sr. D. João Venâncio, bispo resignatário, e 111 sacerdotes revestidos de alva que, em seguida, concelebraram a Eucaristia.

Na colunata assistiram 112 doentes. Muitas centenas de peregrinos estrangeiros estiveram presentes na outra colunata.

Na altura do Evangelho o P. Alves Correia fez a homilia sobre a grande constante da Mensagem da Fátima — penitência e oração, tão necessárias na hora que todos os portugueses vivem, para obter de Deus o dom da paz, autêntica e verdadeira, que deve buscar-se

● Continua na página 2

ATENÇÃO, CHEFES DE TREZENA

1. Conforme dissemos no número anterior, o Santuário põe os seus alojamentos à disposição, gratuita, dos chefes de trezena que desejarem vir ao encontro de 3 a 5 de Outubro.

2. Mas precisamos de saber, com antecedência, quem deseja vir.

3. Alguns directores diocesanos tencionam organizar a participação da sua diocese. Por favor, entendam-se com eles para a inscrição, que eles se entenderão com o Santuário.

4. Os chefes das dioceses que não vierem organizadas poderão dirigir-se directamente ao Santuário, quanto possível até ao dia 20 de Setembro. Escrevam para: ENCONTRO DE CHEFES DE TREZENA — SANTUÁRIO DA FÁTIMA.

5. O alojamento gratuito compreende a dormida e as refeições desde o jantar do dia 3 até ao almoço (inclusive) do dia 5. Se alguma chefe precisar de ficar mais tempo, por falta de transporte na tarde do dia 5, fará o favor de no-lo dizer.

A «Voz da Fátima» há 50 anos...

OS FENÓMENOS SOLARES

Quem estas linhas escreve e todas as outras quinze pessoas que no dia 13 de Agosto se dirigiam de camioneta de Leiria para a Fátima, pouco depois das 8 horas da manhã, durante quase meia hora, logo ao passar das Cortes até para além do Reguengo do Fetal, puderam observar os extraordinários fenómenos solares do costume nos dias 13, posto que com menos intensidade que no dia 13 de Outubro de 1917. É de notar que este ano, sobretudo desde Maio, os fenómenos têm tido lugar de manhã, tendo sido observados na Cova da Iria mais ou menos na ocasião em que a imagem de Nossa Senhora é conduzida para a capelinha das aparições.

Sugestão, dirá alguém. Mas é possível que tantas pessoas, algumas categorizadas, habitua-

das a raciocinar, se enganem?

E porque é que a sugestão não perdura na ocasião de maior aglomeração quando tudo parecia mais propício a arrastar a imaginação?

À volta, ao reentrar na camioneta, dizia um estudante do liceu: «é certo, é certo, é certo». É certo o quê? (inquirimos nós).

Se até aqui (respondeu) tinha um restinho de dúvida, agora não tenho nenhuma.

A verdade é que, além do aparecimento da água e em tanta abundância na Fátima e das curas inúmeras e retumbantes que todos os dias chegam ao nosso conhecimento, os fenómenos solares (a não ser que os astrónomos demonstrem o contrário) são por si só uma maravilha perene.

(«Voz da Fátima», n.º 24, de 13 de Setembro de 1924).

Vida do Santuário

AGOSTO

PEREGRINAÇÃO CORDIMARIANA

Organizada pelos Missionários do Coração de Maria, realizou-se nos dias 3 e 4 uma peregrinação em que participaram cerca de 3.000 pessoas de vários pontos do país, sobretudo dos locais onde a Congregação tem casas de formação e centros de apostolado: Lisboa, Cacém, Setúbal, Porto, Carvalhos e outras, além da Fátima.

As cerimónias, que se efectuaram no sábado à noite e no domingo de manhã, constaram de procissão das velas e celebração eucarística e via-sacra e missa concelebrada, seguida da consagração ao Imaculado Coração de Maria.

A procissão das velas foi dirigida pelo P. Barros de Oliveira, da Casa Noviciado da Fátima, e a concelebração foi presidida pelo sr. D. João Pereira Venâncio, bispo resignatário de Leiria. Fez a pregação o provincial dos Claretianos.

Na via-sacra ao calvário húngaro tomaram parte muitos peregrinos. Junto de cada estação houve uma pequena paragem para meditação.

A celebração da Eucaristia, na colunata da Basílica, foi presidida pelo Rev. Dr. João de Freitas Alves, provincial da Congregação, o qual na altura do evangelho dirigiu aos peregrinos um apelo à renovação e reconciliação — tema do Ano Santo em curso e da peregrinação cordimariana.

Comungaram muitos peregrinos e os actos foram abrilhantados por um coro de membros cordimarianos.

Por último, junto da imagem de Nossa Senhora, o Provincial dos missionários do Coração de Maria renovou a consagração de todos os peregrinos.

MARIÁPOLIS DA FÁTIMA

Realizou-se na Fátima a mariápolis que o Movimento dos Focolares organizou pela 5.ª vez e em que tomaram parte cerca de 400 pessoas de diversos pontos do país e de vários países da Europa, América e da Ásia.

O encontro decorreu no Seminário do Verbo Divino.

Entre os participantes estavam alguns portugueses emigrantes que vieram à

Fátima para participar na Mariápolis.

Neste movimento que agrupa pessoas de várias idades, sacerdotes, religiosas e leigos, predominam os jovens de ambos os sexos que têm contribuído com a sua alegria (alguns são portadores de instrumentos musicais) para a animação dos actos comunitários.

O Movimento dos Focolares organiza na Fátima, em Setembro, nova Mariápolis destinada a religiosos do país.

PEREGRINAÇÃO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O serviço de assistência religiosa da Polícia de Segurança Pública organizou a sua 16.ª peregrinação ao Santuário da Fátima com a participação de representações de todos os distritos. Cerca de 3.000 elementos da P. S. P. (chefes, subchefes e guardas) e respectivas famílias estiveram presentes nas cerimónias desta peregrinação. Estiveram também alguns comandantes distritais.

Houve oração colectiva na capela das aparições com a renovação da consagração da P. S. P., celebração penitencial com leituras bíblicas e confissões, procissão das velas, no dia 30 de Julho, e, no dia 31, missa no altar da capela das aparições com homília e procissão com cânticos a Nossa Senhora da Fátima.

Os peregrinos da P. S. P. vieram à Fátima orar pelas intenções do Ano Santo — renovação e reconciliação. — S. I. S.

Fátima no Mundo

BRASIL

No interior deste país, na diocese de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, foi fundada uma paróquia dedicada a Nossa Senhora da Fátima, a qual presentemente se encontra confiada a uma equipa de padres portugueses da Sociedade Missionária.

Estes sacerdotes missionários promovem aqui um apostolado extraordinário divulgando a Mensagem da Fátima. Há pouco tempo fundaram um centro social para as classes mais esquecidas.

Peregrinação de Agosto

● Continuação da primeira página

nos caminhos do Amor de todos os homens.

A oração dos fiéis foi proferida nas línguas francesa, inglesa, alemã, espanhola, italiana, húngara, além do português.

Nas duas celebrações eucarísticas foram distribuídas 45 mil comunhões. Peregrinos entregaram trigo para as hóstias.

O sr. Bispo de Leiria deu a bênção do Santíssimo Sacramento aos doentes e, no final, recitou com os peregrinos as orações do Ano Santo e formulou o compromisso da peregrinação com palavras de saudação para os peregrinos emigrantes.

As cerimónias terminaram com a procissão do adeus.

ORAÇÃO UNIVERSAL DA MISSA DA PEREGRINAÇÃO NO DIA 13

PRESID. — Unidos à volta do altar do sacrifício Eucarístico, oremos, irmãos, a Deus Pai Todo Poderoso, pelas nossas intenções e as grandes intenções da Igreja.

1. Pelo povo de Deus, de que somos uma parcela, para que a sua presença no mundo seja fermento de unidade entre todos os homens — oremos pela intercessão do Imaculado Coração de Maria.

2. Pelo Santo Padre, pelos bispos, pelos governantes das pequenas e grandes nações, a fim de que pela integridade da sua vida e da sua palavra, a Igreja e a sociedade civil caminhem nas sendas do Senhor — oremos pela intercessão do Imaculado Coração de Maria.

3. Pelos emigrantes de Portugal e de todo o mundo, para que sejam acolhidos cristãmente nos países onde trabalham, e não esqueçam nunca que o Senhor se faz peregrino com eles — oremos pela intercessão do Imaculado Coração de Maria.

4. Pela Guiné-Bissau, nesta hora grande da sua emancipação, pelos Angolanos e os Moçambicanos, a fim de que, vivendo a fraternidade dos filhos de Deus, construam os seus novos países na colaboração e na paz — oremos pela intercessão do Imaculado Coração de Maria.

5. Pelos doentes aqui presentes e pelos que participam connosco, através da rádio, por uma Comunidade religiosa, por todos os que se recomendam às nossas orações e para que o Senhor Se digne ajudar Portugal no combate à cólera — oremos pela intercessão do Imaculado Coração de Maria.

PRESID. — É por confiarmos em Vós, Senhor, que Vos apresentamos estas nossas intenções. Dignai-Vos ser-nos propício e concedei-nos o que for para nosso bem. Por Nosso Senhor Jesus Cristo Vosso Filho na unidade do Espírito Santo.

AOS IRMÃOS DE OUTRAS LÍNGUAS

DIA 12, 19 H

No local em que se encontra, neste momento, a estátua de Nossa Senhora da Fátima, esteve a Mãe de Deus e Mãe da Igreja, por cinco vezes, de Maio a Outubro de 1917. A Senhora, que os três pequenos videntes diziam ser mais brilhante que o Sol, afirmou que vinha do Céu e trazia um apelo de conversão ao coração de seus filhos.

Ao dar-vos as boas-vindas em nome da Senhora, exorto-vos a que, apesar do ruído da multidão, procureis recolher-vos no fundo do vosso coração e escutar aí o apelo que o Senhor vos dirige certamente também a vós, neste lugar de renovação interior, a fim de que as realidades do Alto — realidades do Céu — vos penetrem totalmente até transformarem a vossa vida inteira.

DIA 12, 23 H

Nesta noite, em que tantos emigrantes, vindos a férias,oram aqui connosco, recorda-nos o livro do Génesis que Jacob emigrou, por ordem do Senhor, para o país do Egito, e aí se estabeleceu com toda a sua família. Oremos ao Senhor para que nos ajude a encontrar no amor cristão as soluções para os problemas da emigração.

DIA 13, INÍCIO DA MISSA

Em 13 de Agosto de 1917 não pôde realizar-se aqui a aparição de Nossa Senhora, porque os videntes foram sequestrados de casa de seus pais para a administração de Vila Nova de Ourém, onde ficaram até ao dia 15.

Oremos ao Senhor por um justo equilíbrio nas relações entre o poder temporal e o espiritual e também para que se digne apressar o retorno à fé dos países comunistas.

DIA 13 — ORAÇÃO UNIVERSAL

Pelo Povo de Deus, pelos peregrinos da Fátima, pelos que nos acompanham em espírito, pelos doentes, pela paz entre as nações, pelas nossas intenções particulares e pelo triunfo do Imaculado Coração de Maria, oremos ao Senhor.

DIA 13 — DESPEDIDA

Na sua despedida, em Outubro de 1917, Nossa Senhora, tomando um ar mais triste, concluiu a Sua Mensagem por estas palavras: «Não ofendam mais a Deus Nosso Senhor, que já está muito ofendido». O apelo é certamente actual para cada um de nós. Com este apelo no coração, seremos construtores de paz.

Carta Pastoral do Episcopado Português

(CONTINUAÇÃO)

I

O ACTUAL MOMENTO DA VIDA PORTUGUESA

5. O movimento de 25 de Abril pôs termo a um regime político de quase meio século e abriu ao Povo português a possibilidade de um futuro marcado pelo ideal democrático.

Libertadas ou despertadas numerosas forças, a vida dos portugueses, em particular nos grandes centros urbanos, entrou numa tal efervescência que mal é possível acompanhar os sucessos de cada dia. Faltam o tempo e a serenidade para reflectir sobre o que se passa e lhe descobrir o real significado. É, contudo, necessário fazê-lo. E o nosso primeiro apelo aos cristãos é que não se abandonem ao mero fluir dos acontecimentos, mas, num esforço de observação criteriosa e lúcida, procurem ver o que eles têm de sinais dos tempos apontando para rumos que devam explorar-se.

A) SITUAR NA HISTÓRIA ESTE MOMENTO

6. Como já no breve comunicado de 26 de Abril dávamos a entender, o que acontece no País é demasiado importante para ser observado ao simples nível dos factos episódicos que diariamente enchem as colunas dos jornais e os noticiários da rádio e da TV.

Em relação aos mais significativos, convém, certamente, fazer uma análise cuidadosa; e adiante nos debruçaremos sobre alguns. Mas a correcta apreciação da hora que passa implica considerá-la de mais longe, situando-a numa perspectiva histórica, indispensável para lhe medir a importância relativa e lhe detectar os dinamismos profundos.

O FIM DE DOIS PERÍODOS HISTÓRICOS

7. A esta luz, começa a tomar-se consciência de que o momento presente é, na vida nacional, o encerrar simultâneo de dois períodos históricos: o período de meio século — curto na vida da Nação, mas longo na vida dos indivíduos — dominado pelo regime autoritário agora derubado; e o período superior a cinco séculos — mais de metade da história pátria, viva nos mais profundos estratos da memória popular — iniciado pela epopeia marítima.

A alma do povo, com os seus critérios e sentimentos, não pode reagir igualmente ao termo de um e outro destes dois períodos da sua história, e é bom que os saiba distinguir, não obstante os laços circunstanciais, e até certo ponto causais, que os ligam na fase final.

8. O primeiro período, de Maio de 1926 a Abril de 1974, há quem o interprete como resultado de um duplo acidente na caminhada histórica do Povo português: uma experiência de vida democrática mal sucedida, depois de se arrastar por cerca de um século; seguida da instituição de um regime que, sendo acolhido, numa iminência de crise colectiva, como de salvação e renovação nacional, não conseguiu escapar inteiramente à sedução de modelos totalitários em ascensão de prestígio na Europa do tempo.

Seria injustiça calar o que de positivo o País lhe deve, como o que de negativo dele herdou. Que os portugueses, atentos às lições do passado, impeçam a repetição de acidentes como estes.

Não desejando adiantar juízos que à história pertencem, apenas faremos referência rápida à posição do regime cessante face ao Ultramar, pelas suas incidências na forma como está a encerrar-se o segundo dos períodos em consideração.

9. No clima de exaltação nacionalista em que decorreram os primeiros anos desse regime, reacendeu-se o sonho do Império. Foram acolhidas com geral agrado a Exposição Colonial (Porto, 1934) e a do Mundo Português (Lisboa, 1940), esta integrada nas celebrações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal. O povo gosta de se rever nas glórias da sua história, e tem razão para isso. Mas importa sobretudo que não perca o sentido da sua marcha. E o futuro dirá se a política centralista, já adoptada anteriormente em diversas ocasiões e retomada pelos novos governantes, não foi contra a corrente que, de longa data, advogava, sem usar a palavra, uma lenta mas progressiva descolonização.

Sem menosprezar o surto de progresso verificado sobretudo nos últimos anos, mas sem deixar de ter igualmente em conta a deficiente promoção cultural, social e política das populações locais que o acompanhou, pode perguntar-se se tal política não terá tido um efeito de travagem no

processo da natural evolução do Ultramar, precisamente numa altura em que as circunstâncias pediam a sua aceleração.

Seja como for, a situação a que se chegou está em boa parte na origem das dificuldades presentes e numa certa sensação de malogro perante aquilo que deveria ser o encerrar feliz de meio milénio de história nacional.

Praza a Deus se encontre em breve a solução digna e justa para o ingente e complexo problema do Ultramar, e em todo ele se instaure sem tardar a paz verdadeira que todos ambicionamos. Que o Senhor, que mesmo do mal sabe extrair o bem, tire dos erros dos homens e da história um futuro promissor para os povos a que Portugal quis dar, em partilha sincera, a sua própria alma.

POSIÇÃO DA IGREJA

10. Em ambos os períodos referidos, a Igreja marcou uma presença encarnada, como lhe é natural, embora com todos os riscos inerentes.

Ninguém desconhece como viveu de perto a gesta marítima, empenhada a fundo numa actividade missionária e civilizadora que, a despeito de todas as sombras que lhe possam apontar, ficou a ser uma das suas mais belas realizações.

Na sequência dessa actividade e num momento em que se antevê novo estatuto para os territórios ultramarinos, afirmamos a determinação de manter e fomentar os laços de cordial fraternidade entre as Igrejas metropolitanas e as jovens Igrejas neles instituídas ou a instituir, com troca de serviços e experiências, bem como ajuda pessoal e material, conforme as possibilidades e as necessidades de cada uma.

E apelamos para que o povo cristão continue a ver na actividade missionária uma obrigação que vincula toda a Igreja e se disponha a responder com redobrado zelo às necessidades futuras das dioceses do Ultramar.

11. Quanto ao período do último meio século, seguiu-se ele, como se sabe, a tempos difíceis para a Igreja em Portugal. Ela não podia deixar de se alegrar com a liberdade, ordem e segurança que o novo regime prometia. Correlações e coincidências de várias ordens ocasionaram uma evolução nalguns aspectos paralela da Igreja e do Estado. As relações entre ambos decorreram, em quase todo o período, num clima de entendimento, sem prejuízo da clara distinção das respectivas competências; em termos, portanto, que é de desejar continuem substancialmente a vigorar.

12. Não deixou a Igreja de sofrer com os defeitos do regime; e tem consciência de ter contribuído para os minorar. Se nem sempre os denunciou publicamente ou da forma por alguns desejada, muitas vezes o fez mediante diligências directas, como julgou mais oportuno ou eficaz, num condicionalismo que não foi único na moderna história da Europa.

Aceita, porém, que, tanto ao nível da hierarquia como do laicado, possam pesar sobre ela responsabilidades por erros cometidos ou partilhados. Negá-lo seria desconhecer que, embora o Espírito de Deus a conduza e anime com indefectível assistência, é composta de homens, sujeitos às vicissitudes e limitações da condição terrena. Tem por isso sempre presente o convite evangélico à penitência, que lhe compete ouvir e pregar; e quer entendê-la no duplo sentido da conversão pessoal dos seus membros a uma vida cristã cada dia mais perfeita, e da renovação das estruturas e actuações pastorais que, à luz do Concílio, for exigida para o cabal desempenho da sua missão.

(CONTINUA)

44 SÓCIOS DO OPUS DEI ORDENADOS SACERDOTES

Na manhã do dia 4 de Agosto, 44 profissionais, sócios do Opus Dei, receberam a ordenação sacerdotal, na igreja de Santa Maria de Montalegre, em Barcelona (Espanha). Oficiou o Cardeal-Arcebispo de Barcelona, D. Narciso Jubany Arnau; esteve também presente o Conselheiro do Opus Dei na Espanha, D. Florêncio Sánchez Bella.

Os novos sacerdotes procedem da Argentina, Áustria, Brasil, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Irlanda, Itália, México, Peru e Uruguai. Trata-se de profissionais que, após os seus estudos civis na universidade e exercício da respectiva profissão, obtiveram o doutoramento em alguma ciência eclesial. Encontram-se entre eles vários economistas, médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, filósofos, etc..

Todos eles desempenharão o seu tra-

balho sacerdotal nos países de que são naturais.

EDIÇÃO DA CARTA PASTORAL DO EPISCOPADO

O Secretariado Geral do Episcopado acaba de lançar uma edição com o texto oficial da *Carta Pastoral do Episcopado sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política*.

Pode ser adquirida nas livrarias ao preço de capa de Esc. 5\$00.

Para distribuição através das paróquias e outras entidades eclesiais, as requisições devem ser feitas às respectivas dioceses ou directamente ao *Secretariado Geral do Episcopado, Campo dos Mártires da Pátria, 43-1.ª-Esq., Lisboa-1, telef. 42123*.

«A Reconciliação, caminho para a Paz»

é o tema do próximo Dia Mundial da Paz

«A reconciliação, caminho para a paz» é o tema escolhido para o VIII Dia Mundial da Paz, que vai celebrar-se, como habitualmente, no primeiro dia do próximo ano, 1 de Janeiro de 1975.

No texto de apresentação deste tema, recentemente distribuído pela Santa Sé, frisa-se que a sua escolha foi inspirada pelo Ano Santo, cuja celebração em Roma se iniciará solenemente no próximo Natal.

Como se sabe, o Papa Paulo VI assinalou ao Ano Santo o duplo objectivo da renovação e da reconciliação, a começar pelos aspectos pessoais e espirituais da conversão evangélica e projectando-se nos domínios da vida colectiva dos homens.

RECONCILIAÇÃO COM QUEM?

No referido texto de apresentação do tema do Dia da Paz, distinguem-se dois níveis em que a necessidade da reconciliação se pode pôr. O primeiro é o das relações interpessoais. Quando duas pessoas, por qualquer motivo, se desentendem, urge que façam um esforço de reconciliação no espírito do «Pai-Nosso», até que voltem ao bom entendimento entre elas.

Tais desavenças e tais reconciliações, entre esposos, familiares, amigos, companheiros ou vizinhos, são o que há de mais comum na vida corrente dos homens. Mas nem por isso estas reconciliações deixam de ter grande valor educativo e espiritual para os seus autores, beneficiários e testemunhas. Importa multiplicá-los, em termos que levem à superação rápida dos diferendos e à manutenção habitual do clima de concórdia entre todos.

Há, porém, outro tipo de conflitos em relação aos quais o problema da reconciliação parece assumir natureza diferente. Trata-se dos conflitos, não entre pessoas singulares, mas entre grupos sociais, como são, por exemplo, os conflitos raciais, a luta de classes e as guerras entre Estados.

As pessoas vêem-se envolvidas nestes conflitos pela solidariedade que as liga ao grupo a que pertencem. Assim, pode acontecer que eu, por fidelidade à família, à religião, à classe social, ao país ou à raça a que pertencço, me veja compelido, sem querer e até com desgosto, a combater outros grupos. Grupos estes, aliás, com os quais até me posso sentir solidário por outros títulos, e dentro dos quais posso contar amigos; mas grupos que opõem obstáculos, pela sua acção ou só pela sua existência, aos direitos, por vezes fundamentais, da minha comunidade.

OS CONFLITOS SÃO UM BEM OU UM MAL?

Que pensar de tais conflitos? Há quem pense que são um mal em si, fruto do erro ou do pecado dos homens. Mas há, também, quem, pelo contrário, os julgue um bem, vendo neles a causa primeira do progresso social. Para estes, a reconciliação aparece como ópio desonesto e malfazejo.

E nós, cristãos, que pensamos? O documento que estamos a resumir, inspirando-se nos ensinamentos da Igreja, e nomeadamente do Concílio e do magistério pontifício, expõe uma série de ideias sobre este tipo de conflitos.

Antes de mais, estes conflitos são uma realidade que faz parte da vida dos homens e com a qual é preciso contar. Têm a sua explicação no choque inevitável dos interesses e liberdades das pes-

soas e grupos, e não só na maldade dos homens, que tantas vezes se deixam dominar pelo pecado do ódio, do orgulho ou do egoísmo.

Mas, aceitar com realismo que há conflitos, não quer dizer que aceitemos a passagem automática do facto para o direito. E muito menos que os fomentemos, a título de motores do progresso social. Pelo contrário, a nossa atitude será a de tentar resolvê-los por um esforço de reconciliação que vá direito às causas, mais do que aos efeitos.

A reconciliação, porém, por muito desejável que seja, não deve conseguir-se à custa da justiça ou da verdade. Por isso muitas vezes será difícil alcançá-la, ou mesmo impossível a curto prazo. Nestas circunstâncias, a fortaleza que sempre supõe, terá de revestir-se das formas da paciência ou constância, sem desânimos no esforço empreendido.

A fundamentar a esperança de que mais tarde ou mais cedo os conflitos sociais serão superados ou vencidos, está esta profunda realidade humana: aquilo que une os homens é mais forte que aquilo que os divide; o instinto comunitário é universal e o grande motor da civilização e da paz.

RENOVAÇÃO DAS PESSOAS

Uma última ideia é a de que a renovação interior das pessoas, no sentido evangélico preconizado pelo Ano Santo, bem como a renovação das estruturas sociais, são o grande caminho para a reconciliação universal em todos os níveis e sectores da vida dos homens. Podemos até dizer que não há reconciliação possível e estável sem renovação verdadeira, uma vez que os conflitos resultam sempre ou dos defeitos das pessoas ou dos defeitos das instituições.

Podemos concluir que Paulo VI, ao propor o binómio renovação-reconciliação como objectivos primordiais do Ano Santo, estava a propor ao mesmo tempo os grandes fundamentos da paz verdadeira no mundo em que vivemos.

(C. C. I.)

Para os católicos sinceros o divórcio não traz solução

Está em curso uma grande campanha para a liberalização do divórcio em Portugal. Não é de agora. Vinda da Primeira República, um tanto abafada durante o regime de Salazar, começou a tomar vulto por volta de 1965, com a fundação do Movimento Pró-Divórcio. Mas foi a partir do 25 de Abril, favorecida pelo actual clima reivindicativo e libertário, que a campanha assumiu proporções que não deixarão de impressionar a opinião pública e as próprias autoridades civis e religiosas.

Ponto alto da campanha foi o comício de 21 de Junho no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, amplamente coberto pelos meios de comunicação social. Nem faltou entre os oradores uma conhecida figura do clero coimbrão, cujo depoimento, tal como chegou ao grande público, não terá sanado a confusão que a sua presença ali naturalmente originou em não pouca gente. Os dísticos que decoravam o amplo recinto davam o tom: «Democracia sem divórcio é uma farsa»; «Amnistia para os presos da Concordata»; «A lei que proíbe o cidadão de viver ilegalmente é a pior ditadura»; «Se o divórcio civil está autorizado, porque não está o católico?»

Esta última frase, embora coxa, toca no cerne das actuais preocupações do Movimento Pró-Divórcio: conseguir o divórcio civil também para as pessoas que se tenham casado canonicamente a partir da data (1 de Agosto de 1940) em que a Concordata começou

a vigorar; e consegui-lo sem de longas, quer pela denúncia ou alteração da Concordata, quer por qualquer artifício legal ou disposição mais ou menos arbitrária do Poder.

Os argumentos aduzidos neste comício e em não poucas intervenções de elementos do Movimento Pró-Divórcio nos órgãos de informação têm valor muito diverso. Vários deles não vão além do efeito demagógico ou emocional, ampliado por um clima adrede preparado. Mas há também argumentos sérios, que seriamente devem ser encarados.

Destes, o que mais parece estar a impressionar os meios responsáveis é de ordem jurídica. A ele se refere o primeiro ponto duma declaração recente do Conselho Diocesano de Pastoral Familiar do Patriarcado de Lisboa, assim redigido: «Reconhecida a dualidade da Lei civil em relação aos cidadãos que desde 1 de Agosto de 1940 casaram na Igreja e em relação aos que só civilmente realizaram o seu casamento (...), o Conselho desejaria ver abolida esta dualidade de tratamento civil a quando de uma eventual revisão do sistema concordatário actualmente vigente».

Trata-se duma tomada de posição, que está a conquistar terreno nos meios católicos. Não quer ela significar menosprezo pelo pensamento da Igreja na matéria, pensamento que é claro e seguro. Assim se compreende que, na referida declaração, se acrescente logo a seguir: «Com a doutrina da Igreja,

o Conselho reafirma o seu sentir acerca da indissolubilidade de todo o casamento validamente celebrado, tanto pelos que têm fé — casamento religioso — como pelos que a não têm — casamento civil».

Por outras palavras, mesmo que a Igreja venha a ceder — como é provável — no respeitante à cobertura pela Lei civil da indissolubilidade dos matrimónios católicos validamente contraídos, ela nunca poderá negar ou apagar o carácter indissolúvel de tais matrimónios, pois isso não está na sua mão.

Se o tal «divórcio católico» — expressão infeliz e incorrecta para dizer divórcio civil dos casados canonicamente — vier a ser reconhecido pela Lei portuguesa, nem por isso ficam resolvidos, pelo menos para os católicos sinceros, os problemas de consciência, e outros ainda, que um casamento válido, mas falhado, não pode deixar de pôr dolorosamente.

A Igreja não reconhecerá tal dissolução como válida, nem tão-pouco as novas uniões que os divorciados contraíam legalmente. Esta atitude intransigente apoia-se em razões mais profundas que as de ordem jurídica ou legal tendentes à pragmática solução de problemas reais. A despeito de todas as incompreensões que ela possa suscitar, essa atitude da Igreja não deixa de constituir um alto serviço prestado aos homens e à sociedade.

Oxalá isso fosse fácil de fazer compreender.

(S. A. I.)